



A construção da metáfora e o ato de nomear em Ka'apor

La construcción de la metáfora y el acto de nombrar en Ka'apor

Raimunda Benedita Cristina Caldas

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Bragança/PA-Brasil

José Guilherme dos Santos Fernandes

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Castanhal/PA-Brasil

Rayane Tamborini Martins

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Castanhal/PA-Brasil

Resumo

Este estudo trata sobre as construções metafóricas e o ato de nomear na língua Ka'apor. O contexto se deu com as pesquisas de campo de mestrado de Caldas (2001) e Silva (2001) que fizeram estudos sobre a língua Ka'apor no ano 2000. No bojo dos nomes investigados no Ka'apor foi perceptível o conceito das similitudes. Nesse sentido, destacamos que as línguas podem ser consideradas interpretações acerca dos povos e culturas, e como tanto merecem ser vistas como algo modelado, algo construído acerca do mundo do coletivo que a utiliza. Portanto, tudo o que aqui foi “interpretado” do ato de nomear em Ka'apor nada mais é do que a textualização construída em processos dialógico, pois sem os indígenas como nossos interlocutores não haveria sentido em nomear, em ter a existência do mundo indígena.

Palavras-chave: Indígena; Língua Ka'apor; Culturas.

Resumen

Este estudio aborda las construcciones metafóricas y el acto de nombrar en la lengua Ka'apor. El contexto se dio con la investigación de campo de maestría de Caldas (2001) y Silva (2001) quienes realizaron estudios sobre la lengua Ka'apor en el año 2000. En el núcleo de los nombres investigados en Ka'apor, el concepto Las similitudes eran notables. En este sentido, destacamos que las lenguas pueden considerarse interpretaciones de pueblos y culturas, y como tales merecen ser vistas como algo modelado, algo construido sobre el mundo del colectivo que las utiliza. Por lo tanto, todo lo que aquí se “interpretó” a partir del acto de nombrar en Ka'apor no es más que la textualización construida en procesos dialógicos, porque sin los indígenas como nuestros interlocutores no tendría sentido el nombrar, la existencia de el mundo indígena.

Palabras clave: Indígena; Lengua Ka'apor; Culturas.

Introdução

no mundo mitológico [...] verifica-se um tipo de semiose bastante específica, que pode referir-se, em termos gerais, ao processo de nominalização: na consciência mitológica o signo é análogo ao nome próprio [...]. É no plano dos nomes próprios onde se dá essa identificação entre palavra e denominação, que parece tão típica das concepções mitológicas e que está caracterizada, por um lado, por todas as formas possíveis de tabu e, por outro lado, pela modificação ritual dos nomes próprios (Lótman; Uspenskii, 1981, p. 134-135).

A organização do saber como ato determinante à nomeação, bem como enquanto garantia de instituição de seres e objetos, consubstancia-se entre os primeiros balizadores de conformação da realidade, por isso, nomear foi uma necessidade de domínio do ser humano em relação ao mundo. Tudo nos leva a crer que o ato de nomear tenha sido uma das primeiras ações da atividade linguística do ser humano, ato como construção de linguagem articulada e deslocada no tempo e espaço:

É a faculdade de *conversa deslocada* que permite ao homem narrar fatos do passado e acontecimentos que ocorreram muito antes do seu nascimento; falar sobre coisas e fatos que ele espera realizar para o futuro; e de criar em mitos e ficções, seres, coisas e episódios, naturais ou sobrenaturais (Hoijer, 1974, p. 57).

Nessa linha de investigação considera-se a construção da metáfora enquanto processo de nomeação em Ka'aporⁱ. A língua Ka'apor, classificada por Rodrigues (1985-1986) como pertencente ao ramo VIII da Família Tupí-Guaraní, é falada pelo povo Ka'apor na Terra Indígena Alto-Turiaçu e compartilha com as demais línguas dessa família linguística o costume de nomear de acordo com o que significativamente faz parte do universo dessa etnia.

Destarte, tomou-se por base nesta discussão o referencial teórico da narratologia, da literatura e da linguística em Todorov (1996), Lótman (1973) e Moura (2008), assim como para as análises de nomeações no Ka'apor foi tomado por base o modelo de “O método genealógico na pesquisa antropológica”, concebido por Rivers, com auxílio de Alfred Cort Haddon, descrito por Mandelli, Soares e Favero (2017) para conferir à presente discussão o uso da metáfora quando da representação da árvore genealógica.

A metáfora como processo de nomeação em Ka'apor

A palavra **metáfora** advém do lat. *metaphōra*, *ae*, proveniente do gr. *metaphorá*, às ‘mudança, transposição’. Possivelmente foi construída a partir do elemento de composição antepositivo *met-* ‘pôr dentro, introduzir’ mais o elemento de composição pospositivo *-fora*, do gr. *phorá* ‘ação de levar, de carregar à frente’. Ao observar-se essa formação pode-se

depreender que a metáfora representa um processo de tradução, como transposição de sentidos, como ‘ação de transferir de uma ordem a outra’ (lat. *traductio*, *õnis*).

Ao que aparenta ser, esta operação implícita ao conceito de metáfora está presente na formação dos nomes em língua Ka’apór. Mas vejamos, primeiramente, algumas teorias acerca da formação da linguagem verbal, que podem alumiar mais essa constatação na nomeação em Ka’apór. Uma possibilidade é que a linguagem verbal surge como necessidade socio-interativa do sentir, ou seja, após captar o mundo pelos sentidos o ser humano, sendo ser social, necessitou de meios para comunicar os objetos/demais seres, captados sensitivamente, aos demais seres de sua horda, como garantia de sobrevivência do grupo – segurança, alimentação, procriação, principalmente. Daí, talvez, primeiramente instituiu-se o gesto como linguagem/representação quase que direta e integral do referente, assumindo-se, posteriormente, a corporeidade como o todo, o que implica em dizer que gesto e sonoridade interjectiva e onomatopaica estão na origem da linguagem articulada, mesmo sendo capital no atual conceito de oralidade: “A oralidade não se reduz à ação da voz. Expansão do corpo, embora não o esgote. A oralidade implica tudo o que, em nós, se endereça ao outro: seja um gesto mudo, um olhar” (Zumthor, 1997, p. 203). A corporeidade, então, implica em afirmar que ainda hoje, o “grau zero do signo” é recorrente, pois que entre gestualidade e linguagem existem relações de complementação, seja pelo reforço da expressão oral (redundância da informação), seja pelo estabelecimento de ambiguidades e não-ditos entre a fala e a visualidade: “o gesto é primordial, pois faz parte da ação que ele designará; atingimos o grau zero do signo, uma vez que esse signo significa a si próprio” (Todorov, 1996, p. 295).

A questão é que há limitação na corporeidade/gestualidade, pois que está restrita em sua produtividade, que é a propriedade da linguagem humana de produzir enunciados completamente novos a partir de um sistema dual: sintagmas e paradigmas. Mesmo a transmissão por tradição, outra propriedade, é limitada, uma vez que a capacidade da linguagem corporal de ser ensinada e aprendida vincula-se à presença do corpo e da voz, o que pode ser limitador com a ausência de uma mídia.

Atitude eminentemente de cognição, ao lado da capacidade de sentir e de agir/fazer, a nomeação/substantivação é organizadora do mundo na medida em que, ao lado do verbo, são nucleares na ampliação da linguagem, a partir delas constituindo-se a circunstancialização

(advérbio), a substituição (pronome), a (in)definição (artigo), a qualificação (adjetivo), a quantificação (numeral) e as relações sintagmáticas (conjunção e preposição).

Entende-se que a intensidade de envolvimento entre sujeito e objeto, na constituição de uma linguagem nomeadora do mundo, pode ser notada mediante duas categorias: *objectus* e *subjectus*. Primeiramente, deve-se entender que a nomeação do mundo é a construção de um sujeito que deseja um objeto. Partindo-se deste princípio podemos considerar que *objectus*, objeto, é tudo aquilo que se antepõe diante do sujeito, pois quer dizer ‘ação de por diante, interposição, obstáculo, o que se apresenta aos olhos’. Esse campo semântico dispõe sobre o que se coloca frente ao observador – aqui entendido como *subjectus*, ou sujeito – que pode ser a coisa ou o ser pretendidamente a ser nomeado, pois o objeto tanto é o que é absorvido para ser referenciado como assunto, como pode ser o que provoca essa absorção na condição de um outro a participar da nomenclatura designativa do mundo do observador. E quanto ao *subjectus*? É o observador primeiro, ou seja, aquele a quem compete a organização da nomenclatura designativa de seu mundo, mas que tem a sua frente seres e coisas, o que faz com que a construção da linguagem seja modalizada por sua subjetividade: *sub-* e pode ser entendido como ‘posto debaixo, situado abaixo, perto de, em presença de’, o que só afirma que a subjetividade é uma construção realizada a partir do objeto, em uma relação entre o observador e seu entorno, o outro.

Como ser observador de seu entorno – ou o que podemos, limitadoramente, chamar de natureza – o ser humano, depois ou conjuntamente ao gesto, instituiu uma “linguagem original”, tendo como procedência a onomatopeia (ou mimema), assim organizada, segundo Gazov-Ginzberg (*apud* Todorov, 1996, p. 293): “1º reprodução de sons humanos internos; 2º reprodução de sons externos; 3º sonorização de gestos e mímicas surdas da boca e do nariz; 4º parolice, na qual as combinações dos sons mais fáceis designam as situações e as experiências mais acessíveis”. Entenda-se “as situações e as experiências mais acessíveis” o que está no entorno do grupo social, por isso a instituição da linguagem original caracteriza-se de imediato pela composição em nomes concretos. Há contrariedade a esta consideração concretista, mas queremos crer que a abstração oriunda dos nomes é uma operação decorrente do ato de nomear e absorver pelos sentidos, ou seja, observar e nomear o entorno nos parece uma operação fundadora. Assim como, a partir da concretude, estabelece-se um isomorfismo entre o mundo descrito e o sistema de descrição, próximo ao que podemos chamar de consciência mitológica.

E entenda-se o mito como uma das formas de organizar o mundo imediato, em profícua relação entre ser humano e natureza, como narrativa

que relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser (Eliade, 1991, p. 11).

E para haver narrativa deve-se ter em conta pelo menos duas categorias: ser e fazer, ou seja, nome/substantivo e ação/verbo. Portanto, acredita-se que na origem de todos os povos, a palavra fundadora da realidade foi a palavra mítica, surgindo desta a taxonomia do mundo. Assim, mito e nome apresentam, por sua natureza, um nexos direto. O nome traz potencialmente o relato de origem de uma realidade, específica ou global, e sendo assim a organização inicial do mundo decorreu da designação de nomes próprios para cada objeto particular: “As palavras originais seriam os nomes próprios dos objetos, a língua seria uma nomenclatura” (Todorov, 1996, p. 299). Por um procedimento de metaforização e metonimização estas palavras originais derivaram outros termos, mais concretos em sua especificidade visual ou mais abstratos como simbolização: de signos isolados e participantes de uma nomenclatura, os nomes adquirem uma identidade com os seres nomeados, que faz com que representar ou dizer uma coisa invoque propriamente a coisa dita, ou seja, as palavras tornaram-se coisas, não apenas signos. Entendamos assim a metáfora como nomeação, particularmente em Ka’apor.

O ato de nomear em Ka’apor costuma ser relacionado à metaforização da natureza, aqui entendida como tudo aquilo que se antepõe como objeto ao ser nomeador, construído pela percepção sensorial do mundo, bem como decorrente da observação de características e qualidades do objeto, com a conseqüente comparação de mundos (intracultural e intercultural) e suas correlações.

A investigação de nomes de pessoas em Ka’apor decorre de uma construção de ideias em torno das percepções que foram construídas quando do contato com a prática das escolhas de nomes, inclusive da prática de tornar mais familiar às pessoas que adentram o espaço dos Ka’apor de também serem nomeadas. Nesse campo, as nomeações das pesquisadorasⁱⁱ em Ka’apor também chamaram nossa atenção: Tabita Fernandes fora nomeada como *Pinduwa Putyr* ‘flor da bacaba’ⁱⁱⁱ e Cristina Caldas, como *Wasai Putyr* ‘flor do

açaí^{iv}. Quando se indagou a Rerinho Ka'apór o porquê da nomeação, a resposta nos apontou para a observação de nossa apresentação física mediante o painel desses vegetais. Rerinho nos descreveu do seguinte modo: o cacho da bacaba é maior e a cor do fruto é mais esverdeado, já o cacho do açaí é menor e a cor do fruto é mais avermelhada. Então, nos entreolhamos e conferimos nossa estatura e constituição corporal e nos chamou muita atenção para o aspecto da tez, uma vez que a pele morena da Tabita tem o tom mais claro e o tom de pele da presente pesquisadora tende mais para o vermelho. Na mesma situação conversacional Rerinho dispôs a nomeação para a professora e ao enfermeiro da aldeia, respectivamente nomeados com metaforização a partir de elementos da natureza: a primeira, *Tamoĩ* (jacinta), dado o seu corpo moldado pela cintura fina semelhante ao da jacinta; o segundo, *Kupi'i* (cupim), cuja semelhança é do cabelo afro do enfermeiro com a forma parecida com a casa do cupim. Na etnia Ka'apor esse processo de nomear gera palavras compósitas e descritivas da natureza, algumas decorrentes de contatos culturais, bem como de empréstimos com adaptações fonológicas e extensões lexicais. Argumenta-se que o procedimento de produção de nomes aproxima-se da literariedade, como geração de texto figurativo.

A metáfora consiste em “acréscimo de um significado a outro, quando entre eles existe uma relação de semelhança, de intersecção” (Fiorin, 2012, p. 73). Para compreendermos melhor, há de se considerar que a construção de um novo significado a partir de outro usual dá-se, obrigatoriamente, no campo discursivo, pois uma palavra isolada não pode nos determinar um sentido próprio ou figurado. Por isso, acreditamos que o significado presente na metáfora é uma imagem predicativa, e a esta imagem acrescentam-se sujeitos variáveis com percepções mutáveis, um princípio que está presente na construção da metáfora, de maneira inversa: acrescentam-se novos sentidos a um signo por um mecanismo de intersecção de traços comuns entre doador e donatário.

Não obstante, uma imagem, em nossa concepção, ou pelo menos um imaginário (imagens simbolizadas de uma cultura), a metáfora conforma-se como uma palavra concreta, designativa de substantivos próprios, como os nomes que designam as pessoas. Assim a compreendemos no ato de nomear na cultura Ka'apór. Esquematicamente temos:

Objeto/Mundo Concreto → Nome Próprio/Imagem do Ser → Derivações/Qualidades do Ser (Matéria) ou do Fazer (Ação) → Nomenclatura Designativa dos Seres Sociais/Campo Semântico Objetal

A rigor, parece haver, em geral, uma dinâmica em atribuir nomes aos infantes. Antes de tudo, é bom saber que nomear em Ka'apór faz parte de um sistema ritual, que coroa a assunção da criança a um lugar mais efetivo na sociedade tribal. São responsáveis diretos pelo ato de nomear o pai da criança e o padrinho, que efetivam a nomeação no ritual conhecido como Festa do *Kawĩ* “batismo”, na falta de uma designação mais adequada no português referente à cultura dos indígenas. Quanto à dinâmica assim se constrói: observa-se a criança e um dado referente da realidade imediata, que pode ser objetos ou seres do entorno, e que irão suscitar relações de semelhança/analógicas ou de implicação/contiguidade entre a criança e o dado referencial.

Foi possível, de antemão, distinguir, em rápida investigação acerca da nomeação nesta etnia, três relações antroponímicas: metáforas naturais, metáforas conceituais e metáforas corporais.

Metáforas naturais = estabelecem relação com objetos/seres da natureza.

Em Ka'apór a maior parte dos nomes dados na língua, assim como fora antes mencionado ocorre com a nomenclatura de outras etnias da família Tupí-Guaraní, referem-se a objetos ou seres da natureza. Assim, alguns nomes^{vi} com formação de vegetais, de animais e outros elementos da natureza foram destacados.

Nomes Ka'apor – de vegetais:

Okyr ‘folha verde’

Pina'y Ró ‘folha do caniço’

Awaxi Akyr ‘milho verde’

Pako Pirang ‘banana roxa’

Nomes Ka'apór – de animais:

Kwaxi ‘quati’

Jupará ‘macaco da noite’

Wakurá ‘bacurau’

Nomes de elementos da natureza:

Yra'yr ‘água pequena’

Itahu ‘pedra grande’

Compreende-se esta operação designativa do nome como a mais imediata, pois a partir da observação do entorno encontra-se semelhanças entre a criança e o objeto/ser: o

objeto de um mundo A = objeto do mundo B → relação de analogia = METÁFORA, contudo, é interessante observar que os nomes do entorno que são transpostos para os seres sociais são nomes de relevância para a cultura Ka'apor e sua sobrevivência. Por ser um povo irrestritamente da mata, da floresta, estes nomes designam a relação telúrica, daí referências a animais, plantas e flores, céu, cursos d'água etc.

Com maior acuidade desse aspecto analisado, uma questão nos foi dada em trabalho de campo e que parece ter sido um consenso para a escolha das nomeações na aldeia Itarená, era a ancoragem de uma família a partir de um referente genealógico arbóreo. A apresentação de membros da família como parte de um vegetal parecia compor a árvore de famílias, pois fazia muito sentido observar que em meio à imposição do contato e, por sua vez, de os indígenas nomearem com nomes do Português, essa pressão iria se refletir no modo como os nomes começaram a ser desmontados, ou de modo mais metafórico, a ser 'desmatados' em uma construção que poderia ser descrita em sua genealogia arbórea dos nomes Ka'apor de algumas famílias.

Metáforas conceituais= estabelecem relação com ideia ou sentimento.

Te'õ 'o que nasceu cansado'

Her 'o nome dele'

Poranga 'bonito'

Okta 'casa coletiva, centro de reunião'

Oktahu 'casa coletiva, centro de reunião, casa grande'

Neste caso, foca-se a observação em um detalhe do ser/objeto do mundo referencial, em relação de contiguidade, especificamente observando-se a ação e a qualidade:

Relação de contiguidade (ação/qualidade) = o efeito pela causa → cansaço = característica do nascimento do ser nomeado; ou a qualidade do ser é ter um nome → METONÍMIA.

Te'õ quando nasceu estava muito cansado e por essa razão assim foi nomeado, dada a circunstância do estado da criança.

Com a mesma construção arbórea outros nomes de pessoas da mesma família são oriundos dessa ideia ao receberem sufixos para integrar um novo nome, como o filho de *Her* 'o nome dele' recebeu o nome *Herihu* 'o nome dele é grande', assim como depois de *Okta* 'casa coletiva' nasceu *Oktahu* 'casa grande'.

Metáforas corporais = contemplam algum detalhe do corpo

Xuperá ‘o que tem cabelo pelas costas’

Twuahu ‘o que tem a nuca larga’

Também o foco da observação é um detalhe, relativo ao próprio corpo dos seres, sejam nomeados ou nomeadores:

Há a relação de contiguidade (matéria) = a parte pelo todo → o cabelo nas costas torna-se o próprio ser nomeado; ou a nuca avantajada (grotesco?) marca o ser como um todo → METONÍMIA.

Uma reflexão final acerca do ato de nomear é considerar a relação entre possuídos e possuidores. Primeiramente, em Ka’apór todas as coisas e seres possuem “donos”, ou seja, não pode haver predicções sem a vinculação imediata a um sujeito/nome ou apelido. Por exemplo, diz-se *Ju’i imãĩ* ‘a mãe de *Ju’i* (este é o apelido da filha que recebeu o nome de Mañõ) ao invés de chamar o nome da mãe, neste caso, Mariúza. Este caso não se aplica a elementos da natureza, que não apresentam a relação de possuidor e possuído, uma vez que tudo nos leva a crer que a “natureza” não é uma categoria subordinada ao “homem” e sim um ente autônomo, em patamar de igualdade com o ser humano, por isso é um “grande sujeito”: como bem nos lembrou *Irakadju*, “a natureza é muito importante, tanto quanto a rede, por ser uma necessidade de vida”.

Foi observado que uma exceção para esta relação de alienação é o piolho, que para nós Karaí ‘não indígenas’ ou conhecidos como brancos, é um elemento da natureza, mas que na cultura Ka’apór estabelece-se como ser estritamente vinculado aos indígenas.

Entendemos que a relação de posse entre ser humano e piolho é decorrente da importância do inseto na construção da sociabilidade dos indígenas, seja porque vive no corpo, se alimenta da própria pessoa, ou seja porque proporciona momentos de solidariedade e aproximação, durante a “catação”.

De todo modo, as relações de posse entre o nome e seu predicativo demonstram que um nome não é simplesmente uma designação do ser, mas organiza toda a vida social da população Ka’apor, ainda mais quando se refere às relações parentais, pois para se referir a uma mulher costuma-se dizer na língua que é a mãe de alguém. Assim, eu “dizer-me mãe de alguém” (*Ju’i imãĩ* – a mãe de *Ju’i*), e não me designar pelo meu nome próprio, é ter-se em conta uma função actancial na narrativa e não se ver como uma personagem autônoma de

relações sociais. Desse modo, fica reforçada a pertença a uma sociedade, garantindo a continuidade das relações sociais e da cultura Ka'apor.

**A construção genealógica para escolha de nomes em determinadas famílias Ka'apor:
um estudo de caso na antiga aldeia Itarená**

Em 2000 a pesquisa de campo com os Ka'apor, na antiga aldeia *Itarená* trouxe à baila às pesquisadoras Caldas e Silva, quando das suas respectivas pesquisas de campo para a dissertação de mestrado, um dado que também foi observado depois com os Tembê na aldeia *Tekohaw* e que se apresentava em uma construção socioantropológica muito produtiva. Na aldeia *Itarená* havia, naquele ano, treze famílias, das quais seis eram distribuídas em casas que geralmente eram reconhecidas pela árvore de nomenclatura Ka'apor, que, segundo Rerinho^{vii}, os nomes eram oriundos do vegetal que mais era apreciado ou admirado por dada família. Assim, foram identificados nos nomes a organização dos seguintes vegetais, dos quais havia arbustos e árvores: 1- *akaju* (caju) e *awaxi* (milho); 2-*pakuri* (bacuri), 3-*mañõ* (arbusto), 4-*kawasu* (cabaça), 5-*pina'y* (caniço), 6-*mirixi* (miriti).

Preferencialmente, nessa organização com os vegetais os nomes femininos seguiam o primeiro nome com *Putyr* 'flor', como *Awaxi Putyr*, a flor do milho.

Akaju e Awaxi

A família de Petrônio Ka'apor, que em 2000 era o cacique na Aldeia *Itarená* é de formação monogâmica e é bastante numerosa. Os demais filhos que não estão representados nessa construção arbórea o foram pelo fato de receberem nomes em português.

Os aspectos estruturais nessa construção foram: a primeira filha que costuma ser nomeada com *Putyr*, a 'flor', seguindo as demais partes do vegetal. Já o nome do primeiro filho pode receber em seu nome o nome do vegetal com o acréscimo do sufixo *-hu* (grande). Assim, temos *Awaxi Putyr* 'flor do milho' e *Akadjuhu* 'caju grande'.

A partir da flor nos nomes femininos a sequência de nomes do vegetal costuma ser a folha ou alguma variedade ou mesmo processo de crescimento do fruto, conforme atestamos em *Awaxi Ró* (folha do milho) e *Awaxi Akyr* (milho verde). Nessa família arbórea um ancestral também pode renomear um novo membro da família, porém será necessário acrescentar *Rixã* (o ancestral), como fora nomeado *Akadju Minã Rixã*, que equivaleria ao substituto de *Akadju Minã*.

***Pakuri* (bacuri)**

A família de Rerinho Ka'apór é de formação de dois casamentos. Na época em que viviam no *Itarená* todos os membros da família moravam na mesma casa.

Fora registrado Rerinho, porém ele relatou que o nome dele fora oriundo de *Her* (o nome dele) e o que seria uma derivação de diminutivo, recebeu o sufixo do português -inho. E é bastante elucidativo completar a informação de que ele não pronunciava seu próprio nome e alegava que não era possível fazer isso naquela cultura. Não se poderia pronunciar o próprio nome, somente o outro interlocutor poderia fazê-lo.

Rerinho informou que a fruta que ele mais apreciava era bacuri '*pakuri*' e cabe aqui exemplificar que a semelhança inverossímil também compunha a similitude com o sufixo -*ran* (similitivo), pois quando uma similitude não é completa, o que pode ser parecido, mas não é verdadeiro, o nome recebe o sufixo -*ran*, como o nome *Pakuriran*. Assim, as nomeações das meninas seguiram bem estruturalmente as partes do vegetal ou a semelhança: *Pakuri Putyr* (a flor do bacuri), *Pakuri Ró* (a folha do bacuri)^{viii}, *Pakuriran* (parece bacuri), *Pakuriruí* (a rama do bacuri), *Pakuriremé* (a parte da polpa do bacuri sem o caroço, no formato de língua, por isso: *remé* (a língua). A parte maleável da polpa, a lâmina).

Mañõ (flor^{ix})

A família arbórea *Mañõ*, de Mariúza e *Pirihá* também privilegia a construção arbórea de um arbusto, cuja flor é muito apreciada pela mãe.

As primeiras filhas de Mariúza são gêmeas, as quais receberam o nome do vegetal e, comumente, a primeira recebeu *Mañõ Putyr*, cujo segundo nome *Putyr*: flor e a criança que nasceu depois recebeu apenas o nome *Manõ*, porém o apelido *Kupé* (costas) fora mais produtivo para a nomeação da criança, uma vez que ela nasceu depois da *Mañõ Putyr* e essa identificação continuou por bastante tempo. Assim, seguem as nomeações: *Mañõ Putyr* (a flor mañõ), *Mañõ* e *Mañõwyr* (o botão mañõ).

Kawasu (cabaça)

A família *Kawasu* também parecia compor um cenário arbóreo bastante interessante, pois lembrávamos das meninas com rostos bem arredondados e esse aspecto da formação de rostos das irmãs *Kawasu* nos parecia de uma composição metafórica ímpar. Assim, *Kawasu Putyr* (a flor da cabaça), *Kawasu Ró* (a folha da cabaça) e *Kawasuran* (parece a cabaça).

Mirixi

A família arbórea das *Mirixi* naquele momento em que a conhecemos no *Itarená* parecia situar-se entre gerações diferentes, pois havia uma diferença de idade bastante acentuada entre as mulheres que compunham essa árvore genealógica, haja vista a formação de casamentos diferentes. Seguem os nomes: *Mirixi* (miriti ou buriti), *Mirixi Putyr* (a flor do miriti) e *Mirixi Raĩ* (a semente do miriti).

Pina'y (caniço) e **Wirapytang** (pau-brasil)

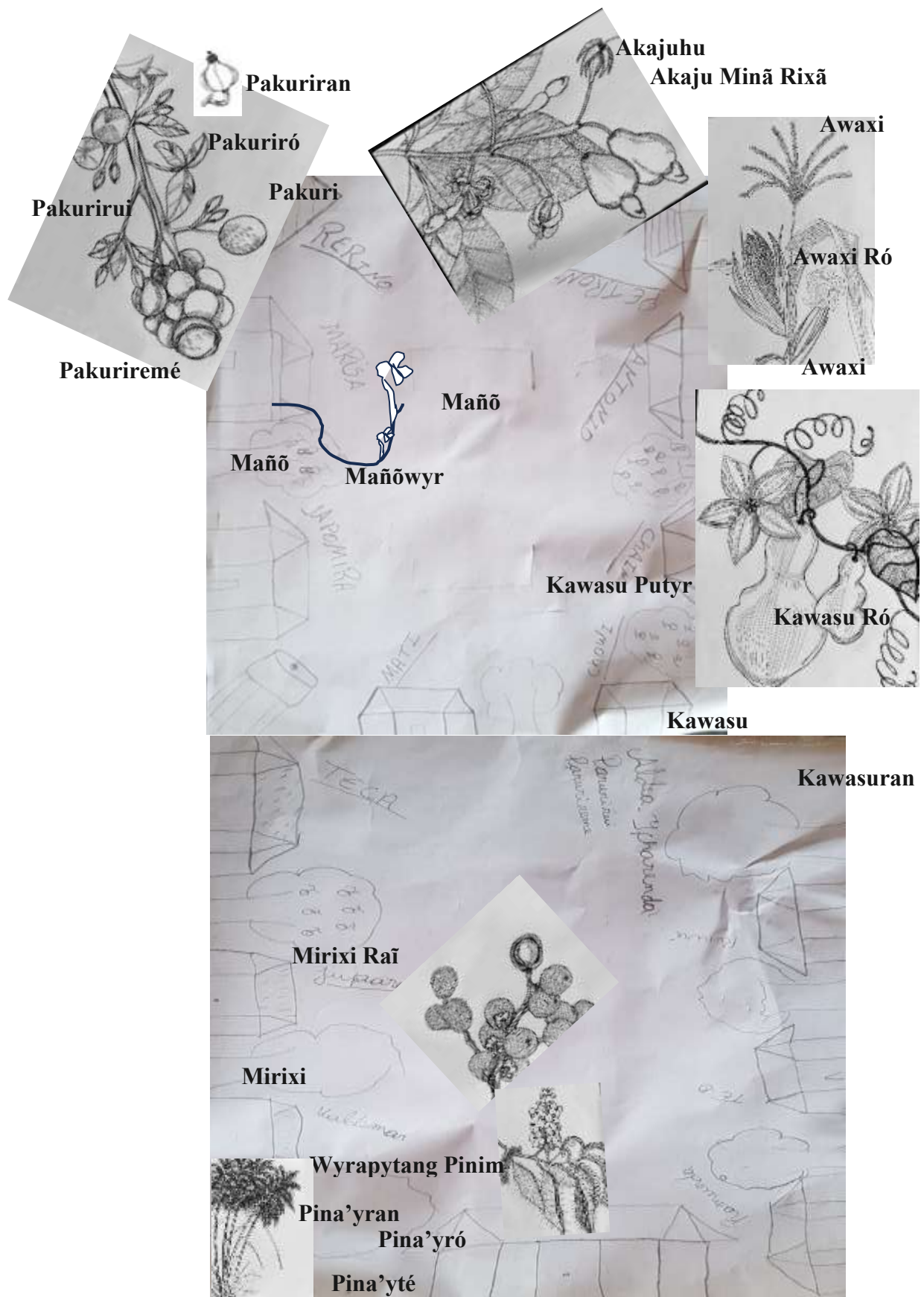
Considera-se novamente na relação metafórica que diz respeito à similitude que determinada comparação não se faz completa, plena de entre os elementos comparados e que em Ka'apór expressa-se pelo sufixo *-ran^x*, que significa similar ou falso, posto que há similaridade, porém, sem identidade. Assim, alguns nomes recebem esse sufixo em sua formação, conforme atestamos em *Pina'yrán* 'parece um caniço'. Porém, quando a identidade é plena, integra o nome a partícula *té*, 'de verdade', como em *Pina'yté*, filho de *Wyrapytang* que também recebeu a nomeação a partir do vegetal *pina'y*.

Há um membro da família que recebe o nome *Wirapytang*, que é a árvore que designa o pai e que aponta para sua especificidade de coloração: *Pinim* 'pintado'. Seguem, portanto, os nomes: *Pina'yrán* (parece caniço), *Pina'yté* (caniço de verdade), *Pina'yró* (a folha do caniço) e *Wyrapytang Pinim* (pau-brasil pintado).

Com o propósito de adentrarmos no campo socioantropológico da questão, tomamos por base a orientação de "O método genealógico na pesquisa antropológica", concebido por Rivers, com auxílio de Alfred Cort Haddon, descrito por Mandelli, Soares & Favero (2017) para conferir à presente discussão o uso da metáfora da árvore genealógica. Desse modo, procurou-se ilustrar a formação arbórea a fim de representar a construção familiar com os Ka'apór que, ao nascerem, faziam parte de respectiva família.

Foram elencados aqui os nomes que compunham uma elaboração arbórea bastante peculiar na aldeia *Itarená* e, com o propósito de apresentar de modo esquemático a nomeação das seis famílias que anteriormente foram mencionadas, foi aplicada a representação visual da construção arbórea. Assim, procurou-se representar tal construção nominal desses nomes de famílias do *Itarená*:

Figura 1: famílias da aldeia Itarená e os nomes de seus membros.



Desenhos dos vegetais: Gabriel Ribeiro (2024).

Desenhos da aldeia: Pakuriremé e Pakurirui (2024).

Considerações finais

A partir de um olhar mais atento sobre nomear surgiram alguns pontos que seriam necessários para se fazer a respeito do escopo das metáforas, como: O que pode ter um dono? Como se dá a relação entre doador e donatário? Quem fica sob o jugo de quem? As comparações se estabelecem nos universos de similitude sob ângulos diversos, posto que os donos retêm um espectro de existência em parte do que existe, contudo particularizam-se na sua essência ao compartilhar traços de pertencimento e o nome próprio como o conhecemos fazendo elevar-se a unicidade do ser nomeado, embora visto em uma esfera de acontecimentos comuns, conforme se possa ver em 'miriti', por exemplo, na sua existência vegetal, pois transportando-se a um universo particular ao nomear um ser feminino retoma uma autenticidade instaurada na metáfora que o formou, não se sabe por que traço exatamente se constituiu em predominância: a cor, o sabor, o aspecto visual? Parecia, em primária explicação da escolha do nome a admiração, bem pensado em ad- = trazer para si + -mirar = olhar com acuidade.

Em princípio, um nome inalienável, que não pertence a ninguém, entretanto faz parte da natureza: a pessoa, então, seria sua donatária? E, por fim, qual seria a qualidade da apreensão do mundo? Total/parcial; contrária, contraditória ou ambígua? Ao que se apresenta no bojo dos nomes investigados no Ka'apor o conceito das similitudes é muito recorrente, posto haver um sufixo na língua para apontar quando algo é apenas parecido em algum ponto, mas não é semelhante: *-ran* (sufixo similitivo), como em *Karaíran* (parece não índio). Na mesma esteira de relação adveio a questão: é imprescindível usar formas para se referir aos homens e às mulheres. O que determina a relação metafórica dos nomes femininos receberem *Putyr* 'flor', ao passo que só se observou nomes masculinos receberem *Rixã* 'substituto'.

Estes questionamentos – contradição, contrariedade, ambiguidade, similitude, doador, donatário – são decorrentes da atividade científica que nos põe face a saberes distintos e que são comparados: em nosso caso, às relações interlinguísticas de a até então única língua oficial brasileira, o português, e as demais línguas legítimas dos povos originários. Esta questão permeia este estudo, uma vez que compreender a formação dos nomes em Ka'apor implicitamente é compreender o processo colonizador, que nos afastou da riqueza cultural dos povos indígenas vivos e atuantes com suas mais de 150 línguas indígenas faladas no Brasil. E acima de tudo entender que o português, do ponto de vista antropológico, é

apenas uma das ficções narrativas e linguísticas do Brasil, que merece ser posta em equilíbrio com as demais miniaturas etnográficas para que possamos extrair uma paisagem cultural da nação (Geertz, 1989).

As línguas podem ser consideradas interpretações acerca dos povos e culturas, e como tanto merecem ser vistas como algo modelado, algo construído acerca do mundo do coletivo que a utiliza. E isso significa dizer que a língua, ao ser criação, irmana-se com a metáfora, por instaurar a relação objeto e representação linguística, por vezes mais arbitrária, em outras mais relacional, como é o caso do Ka'apor.

O que podemos destacar, por fim, é que língua e cultura – esta entendida, resumidamente, como o conjunto dos atos, produções e modos de ser dos humanos – têm estreita vinculação quando se compreende que a cultura é um conjunto de textos a serem interpretados, sendo a textualização atributo das expressões não escritas que merecem o escrutínio do etnógrafo ou linguista: não é sem sentido comparar a tarefa destes profissionais com a do intérprete literário, mais ainda com a do crítico tradicional “que encara como sua a tarefa de organizar os significados não controlados em um texto numa única intenção coerente” (Clifford, 2011, p. 39). E a esta tarefa nos propusemos com este estudo, não sem antes dizer que tudo o que aqui foi “interpretado” do ato de nomear em Ka'apor nada mais é do que a textualização construída em processos dialógico, pois sem os indígenas como nossos interlocutores não haveria sentido em nomear, em ter a existência do mundo indígena.

Referências

CALDAS, Raimunda Benedita Cristina. **Aspecto, Modo de Ação e Modalidade na Língua Ka'apor**. 2001. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará –, Belém, PA, 2001.

CHKLOVSKI, Viktor. A arte como procedimento. In: EIKHENBAUM et al. **Teoria da literatura: formalistas russos**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1978.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOIJER, Harry. A origem da linguagem. In: HILL, Archibald A. (org.). **Aspectos da linguística moderna**. São Paulo: Cultrix, 1974.

LÓTMAN, Iúri; USPENSKII, Bóris. Mito, nome, cultura. In: LÓTMAN, Iuri et al. **Ensaio de semiótica soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

MANDELLI, Mariana Carolina; SOARES, Michel de Paula; FAVERO, Raphael Piva Favalli. O método genealógico na pesquisa antropológica. **Enciclopédia de Antropologia**, São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2017. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/obra/o-metodo-genealogico-na-pesquisa-antropologica>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SILVA, Tabita Fernandes da. Título: **Classes verbais e algumas questões pragmáticas em Ka'apór**. 2001. 103 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará –, Belém, PA, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do símbolo**. Campinas: Papirus, 1996.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997.

Notas

ⁱ Os Ka'apór surgiram como povo distinto há cerca de 300 anos, provavelmente na região entre os rios Tocantins e Xingu. Conhecidos pela sua exímia arte plumária, foram pacificados em um processo que começou em 1911 e durou quase setenta anos. Contudo, as constantes invasões da terra dos Ka'apór pelos Karaí (não índios) entretanto, ocasionaram novas hostilidades e continuam colocando a sobrevivência étnica desse povo novamente em risco. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/>.

ⁱⁱ A pesquisa de campo na aldeia Itarená iniciou em 2000, quando as pesquisadoras Silva (2001) e Caldas (2001) fizeram estudos sobre a língua Ka'apór para a elaboração da dissertação de mestrado, orientado pela Professora Doutora Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, cujas defesas ocorrem em 2001, na Universidade Federal do Pará.

ⁱⁱⁱ Bacaba (*Oenocarpus bacaba*) fruto da palmeira nativa da Amazônia.

^{iv} Açaí (*Euterpe oleracea*) fruto da palmeira muito comum na região da Amazônia que produz um fruto bacáceo geralmente de cor roxa.

^v A Festa do caju (*akaju kawĩ ta'yn muherha*) é a cerimônia a qual os Ka'apór denominam comumente como 'batizado'.

^{vi} A grafia dos nomes em Ka'apór neste trabalho segue uma representação que mais se aproxima da pronúncia desses nomes na língua, salvaguardando-se os aspectos gramaticais, diferindo-se, pois, por sua vez, de muitos registros de nascimento e identificação em documentos da maioria deles.

vii Esse registro é o da identidade de *Herin*, ao que parece construído com *Her* = o nome dele e que foi escrito com a letra r: *Rer* + *inho* = o sufixo diminutivo do português = *Rerinho*.

viii A inserção do nome *Pakuri Ró* neste trabalho foi feita com pesar, pois o pai, ao conferir os nomes das *Pakuri* advertiu que esta não está mais entre nós. Ela é falecida e a ela dedicamos todo o nosso carinho e lembranças.

ix A imprecisão da imagem dada a falta de classificação do vegetal, visto que só nos foi possível saber que se trata de um cipó com floração semelhante ao algodão, *Rerinho* nos descreveu como ‘da natureza’ e que era do bioma da área do Itarená.

x Até os nomes dados em português, caso sejam referentes a pessoas similares, também recebem *-ran*, como da família do *Akadju*, dois filhos são nomeados como *Kixin*, o primeiro era referente ao nome de um funcionário da FUNAI: Quintino, depois o próximo filho recebeu o nome *Kixinran*, que equivaleria a *Kixin* similar ou parecido.

Sobre os autores

Raimunda Benedita Cristina Caldas

Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília pela Universidade de Brasília. Foi professora Adjunta IV do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará.

E-mail: rcriscaldas@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7947-9492>.

José Guilherme dos Santos Fernandes

Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Titular da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA), no Campus Universitário de Castanhal, sendo atual coordenador deste Programa. Bolsista Produtividade em Pesquisa PQ2, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: guilhermeprofufpa@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9946-4961>.

Rayane Tamborini Martins

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA), pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal. Bolsista de mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica e em Informática Aplicada à Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

E-mail: rayanemartins_@outlook.com.br.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1080-172X>.

Recebido em: 05/02/2025

Aceito para publicação em: 12/12/2025